

A vocação imperial de Fleury

JOÃO PAULO CUNHA

O orçamento proposto pelo governador Luiz Antônio Fleury Filho para 1992 diz mais sobre ele próprio do que mil palavras de seus acólitos ou adversários políticos. Por trás das inúmeras tabelas, que ocupam mais de 70 páginas da proposta orçamentária, dá para se ter uma idéia sobre se o governador é mais um produto da demagogia política ou se está mesmo disposto a cumprir o que disse em palanque. Pelo que se pôde constatar, as intenções do governador de inverter prioridades, beneficiando as áreas sociais, são tão sinceras quanto as promessas de casamento que Bernardo Cabral fez a Zélia Cardoso de Mello.

O orçamento para o próximo ano é, na verdade, um pacote de medidas que arrocha os salários do funcionalismo, deteriora os serviços públicos e não dimensiona a crise econômico-social do Estado. É um projeto político que soa mais a campanha eleitoral de 1992.

A primeira preocupação do governo é com as dívidas. O Executivo espera trabalhar no ano que vem com Cr\$ 17 trilhões, dos quais destinaria 13% só para pagar os juros e o principal da dívida, mais do dobro da média histórica. Não se sabe a que lógica ou interesses políticos e econômicos Fleury se apega para ter tanto ímpeto em saldar seus compromissos, que podem ser rolados de forma responsável com o governo federal e com o mercado financeiro. Sobre tudo quando os sinais da economia apontam para um agravamento da crise no ano que vem.

Nesta conjuntura, o Estado deveria garantir o funcionamento da máquina e ampliá-la nas atividades essenciais para atenuar os defeitos recessivos sobre a população de baixa renda. Mas o governo propõe gastar em estradas Cr\$ 924 bilhões, 32% mais do que na compra de equipamentos e na construção de hospitais e escolas. Dar prioridade aos investimentos na malha viária, fora de períodos de



recuperação econômica, é medida de caráter eleitoreiro, porque são obras que aparecem mais. E desumaniza, por não aparelhar as áreas sociais de modo a atender à demanda, que aumenta com a crise.

Fleury, na verdade, tem até superado em alguns aspectos seu padrinho político, Orestes Querínia. Ele quer reduzir a massa salarial de 31% para 26%. Tal política de arrocho só agrava o êxodo de profissionais qualificados e a defasagem de pessoal, que é de até 30%. Há hoje escolas sem professores, hospitais sem médicos e delegacias sem policiais.

O governador surpreendeu também ao pedir uma suplementação de 30% sobre um orçamento indexado. O que está por trás dessa proposta indecorosa? Fleury quer ter mobilidade para mexer em Cr\$ 6 trilhões do orçamento. Permitir essa suplementação é tornar o orçamento uma obra de ficção. É dar licença para o governador reordenar mais de um terço da dotação orçamentária como e onde quiser, numa clara demonstração de desprezo pelo Legislativo.

A bancada do PT apresentou 116 emendas para deter a vocação imperial de Fleury. Reordenaremos cerca de Cr\$ 670 bilhões do orçamento, tirando dinheiro basicamente da infra-estrutura viária e das secretarias empenhadas em atividades políticas para a habitação, saúde e educação. O PT reduz também a suplementação para 1% e institui um mecanismo que evita o achatamento dos salários do funcionalismo. Por esta emenda, o governo não poderá gastar com os servidores menos de 50% nem mais de 65% da receita do Estado. Cerca de Cr\$ 1 trilhão teria de ser remanejado para a manutenção da massa salarial e para o preenchimento do vazio nas atividades essenciais.

As 116 emendas da bancada do PT não pretendem tornar inviável o governo Fleury. Apenas contribuir para que o Estado não seja praça de disputa econômica e política, mas cumpra seu papel social.